

O Ensino de África nas aulas de Geografia e a implementação da Lei 10639/03

Gabriela da Silva Oliveira

Resumo

No campo educacional, entre as medidas que visam combater as desigualdades sociais brasileiras, bem como propiciar desconstruções e construções necessárias para práticas da promoção de igualdade racial, está a Lei 103693/03. Um dos pontos de conteúdos indicados pela Lei é o ensino da História da África e dos afrodescendentes. Conhecer a África, para o brasileiro, deve ser enxergá-la nas manifestações culturais, nas peles, nos jeitos e gingas das pessoas; é ir à busca de uma parcela importante de um nosso passado. O Ensino de África deve estar objetivado para romper com as percepções carregadas de preconceitos e estereótipos contidos nas imagens que os livros didáticos trazem do continente africano.

Palavras-chave: Lei 10639/03; Ensino de África; Prática Docente; Formação de Professores.

Abstract

In the educational field, among the measures aimed at combating social inequalities in Brazil, as well as provide deconstructions and buildings necessary to practice the promotion of racial equality, is law 103693/03. One of spots content indicated by law is the teaching of the history of Africa and of Afro-descendants. Learn about Africa, for the Brazilian, it must be very well in cultural events in fur; it is going to search for an important part of our past. Teaching Africa must be objectified to break with the loaded perceptions of prejudices and stereotypes that are contained in the images that the textbooks bring Africa.

Keywords: Law 10639/03; Teaching Africa; Teaching; Training of Teachers.

Ao pararmos para analisar historicamente o Brasil, percebemos que a população negra sempre foi colocada à margem da sociedade. Essa posição de inferioridade se sustentou por inúmeras teorias racistas construídas durante o século XIX na tentativa de justificar, de alguma forma, o discurso da superioridade racial. Este discurso perpassa a história de nosso país marcando-a por relações de desigualdades, no que se refere aos direitos da população branca e da população negra. Dessa forma, torna-se necessário buscar alternativas sociais e políticas que ajudem a superar essas desigualdades.

Nesse sentido, em 9 de janeiro de 2003, o então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva outorgou a Lei nº. 10.639, que modifica a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que situa as diretrizes e bases da educação nacional, com o objetivo de abarcar no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A Lei instituiu o

estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e o papel do negro na formação da sociedade brasileira.

Por muito tempo, foram esquecidos em nossos currículos escolares a África e a importância que ela tem no desenvolvimento da sociedade. Esse esquecimento se refere aos interesses das classes dominantes em construir uma identidade europeizada que não fosse manchada por componentes étnico-raciais.

A educação tem um papel muito importante nesta luta, uma vez que boa parte da formação dos indivíduos se dá no ambiente escolar. É dentro da escola que o aluno conhece as concepções de mundo que vão orientá-lo a como posicionar-se nele e para isto a Geografia pode se tornar uma ferramenta importante neste processo.

Por ser a escola um local de transmissão e socialização do conhecimento, ela tornou-se um espaço por onde as imagens negativas sobre o negro foram e ainda são difundidas. E por isso, ela também pode ser um local onde estas representações pejorativas podem ser superadas.

Precisamos perceber que, para entender o Brasil, é preciso conhecer e compreender a África. E ao aceitarmos esse desafio fatalmente teremos que nos posicionar diante das condições reais vividas hoje por vários países africanos, fruto de um processo truculento de colonização e exploração. Em tempos de globalização, em que denúncias sobre a globalização da miséria têm sido feitas incessantemente, não há como continuarmos considerando a África como matriz estética de vários movimentos da arte e da cultura contemporâneos e, ao mesmo tempo, ignorarmos o drama de exclusão e miséria imposto ao povo africano.

Um ensino reflexivo de Geografia pode criar elementos para a desconstrução dos estereótipos negativos que são atribuídos aos negros e ao continente africano e com isso orientar os educandos a entenderem as complexidades das diversas visões de mundo.

Nesse sentido, buscamos neste trabalho investigar como está se dando a implementação da Lei 10639/03, na prática dos professores, no tocante aos conteúdos sobre África que ensinam em suas aulas de Geografia, bem como analisar criticamente como os professores de Geografia utilizam, ou não, em suas aulas os conteúdos sobre a África como recursos indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem que busque romper com preconceitos e estereótipos, contribuindo assim para uma educação anti-racista.

O Ensino de África, uma investigação sobre a prática docente.

Na tentativa de averiguar como está se dando a implementação da Lei 10.639/03 na prática docente, realizamos uma pesquisa com um grupo de professoras da rede municipal de Rio Bonito, no interior do Estado do Rio de Janeiro, que trabalham com a disciplina de Geografia, em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Os dados foram coletados mediante a aplicação de um questionário e a realização de entrevistas. A amostra contemplou 5 professoras, todas mulheres.

1. A **Professora I** possui 32 anos de magistério no município, sendo 30 anos com 5ª a 8ª série, está em final de carreira, próxima da aposentadoria. Formada em Geografia.

2. A **Professora II** possui 25 anos de magistério no município, sendo 18 anos com 5ª a 8ª série. Formada em Geografia.
3. A **Professora III** possui 20 anos de magistério na 5ª a 8ª série no município. Formada em Geografia.
4. A **Professora IV** possui 22 anos de magistério, sendo 11 anos com 5ª a 8ª série. Formada em Estudos Sociais.
5. A **Professora V** possui 15 anos de magistério no município, sendo 11 anos com 5ª a 8ª série. Formada no curso normal (formação de professores), possui adicional em Geografia. A única professora negra das entrevistadas e que está envolvida com questões políticas da luta anti-racista.

Buscamos por professoras da rede municipal de Rio Bonito formadas antes de 2003, ano de aprovação da Lei. Assim, poderíamos observar como está a implementação das diretrizes propostas pela Lei, por profissionais que não tomaram conhecimento dela durante a formação docente, procurar saber se algo mudou em suas práticas e o que mudou, quais as transformações e permanências após a promulgação da lei.

Nesse sentido, na tentativa de entender como essa relação está se dando no ambiente escolar, desde a aprovação da Lei 10639/03, fomos até escolas e entrevistamos algumas professoras, questionando-as sobre a referida Lei, sobre o ensino de África e sobre sua prática docente. Apesar de reduzida, esta amostra nos permite ter pistas importantes sobre o processo de implementação da lei no ambiente escolar, bem como refletir sobre as posturas da classe docente, dificuldades, formação continuada, entre outros aspectos.

O questionário permitia observar se as professoras sabem da existência da Lei, se a conhecem, se a partir da aprovação da Lei, buscaram formas para melhorar o ensino de temas voltados para uma educação anti-racista, incluindo os temas que a Lei propõe em seus currículos praticados. Buscamos saber que conteúdos as professoras costumam trabalhar sobre o continente africano, de que maneira trabalham, que tipo de referenciais costumam utilizar, para tentarmos saber que Geografia tem sido ensinada.

Enfim, tentamos identificar através da fala das docentes aspectos falhos, equivocados e insatisfatórios que poderiam estar acontecendo, aspectos que envolvam o currículo praticado pelas professoras, sem buscar avaliar o cumprimento de prescrições, diretrizes e regulamentações.

Ao realizar o questionário da entrevista abordamos as seguintes questões:

1. Perguntar se o professor conhece a Lei 10.639.
2. Perguntar sobre a interpretação pessoal do professor com relação à Lei e como ele a aplica na sua prática docente.
3. Questionar se a partir da Lei houve mudanças em sua prática.
4. Costuma embasar suas aulas no livro didático?
5. Procura buscar fontes "alternativas" que sirvam como apoio para ensinar como propõe a Lei?
6. Que conteúdos voltados para o ensino de África o professor trabalha?
7. Poderia descrever a estrutura de como ensina, por exemplo: qual a sequência dos conteúdos (o que trabalha primeiro).
8. Qual referencial espacial (regionalização) costuma utilizar?

9. Que referencial temporal (marcos históricos) utiliza?
10. De que modo costuma trabalhar esses conteúdos?
11. Enxerga mudanças imediatas ou acha que ainda vai levar algum tempo para que elas apareçam?
12. Considera a Lei importante para romper com os preconceitos e estereótipos?
13. Sugestões para o ensino de África.

As falas das professoras durante as entrevistas

1. Perguntar se o professor conhece a Lei 10.639.

Todas as cinco professoras afirmaram conhecer a Lei 10639/03. A professora II além de dizer conhecer disse que está trabalhando com ela dentro da escola. A professora III, disse que no Estado ela é obrigada a trabalhar, mas no Município, apesar da obrigatoriedade, a maior parte dos professores não trabalham. A professora V disse conhecer porque as escolas públicas são obrigadas a trabalharem.

2. Perguntar sobre a interpretação pessoal do professor com relação à Lei e como ele a aplica na sua prática docente.

As professoras acham que a Lei é interessante e que já aconteceram mudanças após sua implementação. Contudo a professora II é da opinião que a Lei funciona como uma medida que gera exclusão. A professora V vê a Lei como um instrumento feito de “cima para baixo”, pois para ela a lei só é trabalhada quando se chega a novembro.

3. Questionar se a partir da Lei houve mudanças em sua prática.

As professoras I e III disseram que as mudanças ocorreram, contudo as professoras II, IV e V disseram que suas práticas não sofreram mudanças pois já costumavam trabalhar com a temática abordada pela Lei.

4. Costuma embasar suas aulas no livro didático?

As professoras I e III disseram que costumam embasar sim suas aulas no livro didático, as demais afirmaram que o livro didático serve apenas como um apoio. A professora V disse ainda que o livro funciona como um apoio porque chega em determinado momento da escola que não se tem livro didático para trabalhar.

5. Procura buscar fontes "alternativas" que sirvam como apoio para ensinar como propõe a Lei?

Todas as professoras disseram que costumam trabalhar com fontes alternativas como músicas, filmes, textos, dentre outros. A professora III disse trabalhar com revistas específicas de Geografia e citou o exemplo da Revista Época. Mesmo assumindo trabalhar com fontes alternativas, a professora V, disse ser complicado trabalhar, pois a maioria dos filmes, por exemplo, retrata situações de preconceitos, a luta do negro, não mostra a cultura africana, a participação africana na construção do Brasil

6. *Que conteúdos voltados para o ensino de África o professor trabalha?*

Quando essa pergunta foi feita as professoras se emboavam para responder. A professora I trabalha Descolonização e Apartheid; a professora II trabalha a importância dos negros no Brasil; a professora III trabalha religiosidade; a professora IV trabalha cultura da África, os movimentos afrodescendentes, a Lei 10.639/03, a escravidão, a economia e as cotas nas universidades; e a professora V trabalha o subdesenvolvimento, a colonização do Brasil, a entrada dos portugueses no Brasil.

7. *Poderia descrever a estrutura de como ensina, por exemplo: qual a sequência dos conteúdos (o que trabalha primeiro).*

A professora I primeiro começa pela Descolonização e depois costuma fazer uma divisão entre países africanos; a professora II primeiro introduz a aula apresentando aos alunos o mapa da África e depois parte para explicar como é feita a política no interior do continente africano; a professora III começa com a vinda dos escravos para o Brasil, pois, segundo ela, não adianta falar de África sem falar de escravos porque os alunos não conseguem assimilar; a professora IV primeiro aborda a história da África, para depois entrar nos aspectos culturais e na interferência da cultura africana na cultura brasileira; por último, a professora V começa explicando a questão do subdesenvolvimento.

8. *Qual referencial espacial (regionalização) costuma utilizar?*

Nesse momento da entrevista elas não entenderam a pergunta, não sabiam o que responder, somente após certas explicações é que arriscaram algumas respostas.

Todas as professoras disseram que trabalham África no geral, regionalizando o continente. A professora III disse que ainda que apesar de saber que existem muitos países e que eles são muito diferentes, trabalha no geral, a única exceção é a África do Sul. Já a professora V disse que começa no geral e depois vai aprofundando dependendo do nível da turma.

9. *Que referencial temporal (marcos históricos) utiliza?*

A professora I disse que utiliza o marco da Descolonização, da Escravidão e do Apartheid; a professora II disse que isso compete mais a disciplina da História; a professora III disse que passa sem dar muita ênfase nos marcos históricos; a professora IV costuma trabalhar o movimento de Mandela, colonização e imperialismo; e a professora V trabalha a colonização portuguesa no Brasil e o ciclo da cana-de-açúcar.

10. *De que modo costuma trabalhar esses conteúdos?*

As professoras I e II trabalham com fontes alternativas como, por exemplo, textos; a professora III pede que os alunos leiam o capítulo do livro e façam os exercícios; professora IV começa pela história antiga, por como se deu a divisão política da África e pelo imperialismo; por fim a professora V inicia com a questão do subdesenvolvimento da África e o que os europeus tem a ver com isso.

11. *Enxerga mudanças imediatas ou acha que ainda vai levar algum tempo para que elas apareçam?*

A professora I disse que não vê mudanças imediatas, pois para ela as transformações, em decorrência da Lei 10639/03, ainda vão levar um tempo para serem notadas, ainda mais porque, segundo a professora I, a discriminação acontece entre os negros mesmos, ou seja, ela acaba se colocando fora do processo.

A professora II disse que esta acontecendo mudanças pois com a existência da Lei os meios de comunicação estão dando mais ênfase no assunto, mas para ela essas mudanças já aconteciam mesmo antes da implementação da Lei só que não eram vistas, por isso não são faladas.

Para a professora III as mudanças ainda são poucas pois os professores ainda se recusam a trabalhar nos moldes da Lei.

De acordo com a professora IV, as mudanças ainda vão acontecer porque apesar da Lei ser uma coisa boa, ela hoje é questionada pelas pessoas brancas, pois se tem o estudo da África, o dia da consciência negra, por que não ter a consciência do Brasil, da miscigenação do nosso povo, do branco? Para ela estão propondo Leis que trabalhem os grupos separados, ela acredita numa lei que trabalhe todos os grupos juntos.

Já a professora V acha que é difícil, pois para ela essa Lei foi feita de cima para baixo, afirma que os professores continuam não trabalhando, apenas realizam projetos no mês de novembro “para inglês ver”. Ela disse ser contra a política das cotas, dizendo que elas não resolvem, pois no futuro o negro de um jeito ou de outro vai acabar sendo discriminado. Na sua opinião a escola hoje funciona como bolsa família, e não mais como meio de melhorar de vida.

12. Considera a Lei importante para romper com os preconceitos e estereótipos?

As professoras I, II e IV disseram achar a Lei importante, já que antes se ficava na escolha pessoal do professor, hoje eles são obrigados a trabalhar a questão étnico-racial.

A professora III disse achar mais ou menos importante.

Já a professora V acha que a Lei foi importante no momento em que as pessoas começaram a falar e discutir sobre o assunto, segundo ela quem é mais crítico, vai trabalhar de forma diferente, vai levar o aluno a pensar sobre a questão.

13. Sugestões para o ensino de África.

A professora I sugere trabalhar a Copa do Mundo¹; a professora II disse que é importante não deixarmos para trabalhar com a África no finalzinho do 4º bimestre; a professora III indica trabalhar a religião africana; a professora IV recomenda trabalhar o surgimento do homem na África, ressaltando que ela como evangélica opta pela Teoria Criacionista, mostrando aos alunos que Adão e Eva poderiam estar na África; por último, a professora V aconselha iniciar por uma pesquisa por parte das crianças sobre a questão do preconceito, observando antigamente e hoje.

Nas entrelinhas – Impressões sobre as entrevistas

Como bem aponta VAZZOLER (2006, 52), antes de nos depararmos com o material obtido através das entrevistas precisamos levar em consideração que o magistério foi levado a uma degradação no seu exercício profissional, hoje traduzida principalmente pelos baixos salários. Diversos fatores, principalmente os baixos salários e a formação insatisfatória, comprometem o trabalho docente.

Ao pararmos para pensar, refletir e partir para analisar criticamente as entrevistas, precisamos perceber o que está por trás das falas ditas, a raiz que provoca os problemas e as deficiências encontradas. Esse fato demonstra que embora decorridos aproximadamente 8 anos desde que a medida legal foi sancionada, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de que as determinações da Lei 10639/03 sejam incorporadas ao cotidiano escolar, integrando o currículo efetivamente.

Como nos aponta a pesquisa feita por ASSIS (2006, 172) na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, a questão racial em seu discurso e prática pedagógica não tem sido tratada com a devida importância.

A falta de um projeto político-pedagógico, no qual o conjunto desses docentes poderia nortear suas práticas dificulta atender as demandas impostas pela Lei 10639/03, consequentemente atender as demandas da população negra brasileira. [A pesquisa revelou] a resistência de significativa parcela desse professorado quanto à temática racial, o que demandará um longo trabalho de convencimento e de estudo das relações raciais no Brasil.

Diante desse quadro, que certamente também atinge os professores do Ensino Fundamental e Médio, o que fazer com os professores que por serem formados antes de 2003, não tiveram contato com disciplinas que abordam os aspectos da Lei? Na medida em que, apesar de bem intencionados, por falta de conhecimento, acabam reproduzindo visões estereotipadas da população negra, em decorrência de sua defasada formação.

Apesar do desprestígio que enfrentam por várias questões sociais, econômicas e políticas, todas as professoras se dispuseram plenamente a ser entrevistadas dizendo reconhecerem a importância do tema que estava sendo tratado. Elas afirmaram conhecer a Lei 10639/03, porém, percebemos no decorrer das entrevistas que elas ao invés de conhecerem a Lei, apenas sabiam de sua existência. Algumas disseram que houve mudanças em suas práticas, outras negaram por afirmarem que esse sempre foi um tema que estava incluso em suas aulas.

Como pôde ser observado nas entrevistas, as professoras não ensinam África, fazem uma relação, seja ela para pior ou melhor, com o Brasil, mas não mencionam África. Sabemos que o ensino de África já existia muito antes da Lei ser sancionada, contudo, pela prática docente das professoras entrevistadas, seja ela com ou sem Lei, não se trabalha África. As professoras sequer mencionaram a forma mais tradicional de abordar qualquer conteúdo, trabalhando o clima, as formações vegetais, a hidrografia e o relevo da África, sua regionalização, a partilha da África, dentre outros.

As visões que as professoras possuem, mas que certamente não ficam restritas à elas, retroalimentam as visões que são construídas sobre os negros, visões estas carregadas de preconceitos, omissões, distorções, ausências e

estereótipos. Preconceitos que colocam o negro na condição de escravos, de mão de obra, abordando os aspectos negativos da colonização e após ela.

Não seria suficiente ao trabalhar a história dos afrodescendentes tratar os escravos como vítimas, mas pelo contrário, valorizar os movimentos de resistências, as lutas por liberdade e as contribuições na política e na cultura dos povos negros. Ou seja, é importante que se construa uma educação integral, que seja inclusiva, que não combata apenas racismo e preconceitos, ou que fique amarrada em tolerâncias, mas que busque aprender, interagir e dialogar com os outros e, assim, enriquecer o conceito de identidade.

A maioria delas mostrou dificuldades em falar do seu trabalho, daquilo que faz cotidiana e rotineiramente, dificuldades em falar dos conteúdos, dos referenciais, e da própria forma como trabalham os conteúdos sobre África. Reproduziam o discurso de que o livro didático serve apenas como um apoio, dizendo serem necessárias fontes alternativas, todavia, não sabiam (dizendo não “lembrar de cabeça”) nenhum nome de filme, música ou texto que afirmam costumar usar. Como não lembrar do que é utilizado rotineiramente?

Com base na análise da fala das professoras e do aporte teórico, percebemos que existe a necessidade de uma formação específica para o ensino de África, pois, na medida em que são os professores quem constroem o currículo, selecionam os conteúdos, as metodologias, abordagens, os recursos didáticos, além de planejarem a sua prática em função das impressões que possuem sobre o continente africano, já que não receberam formação inicial, pouca ou nenhuma formação continuada e dificilmente lêem textos específicos para o ensino de tal conteúdo.

Existe a necessidade que o educador abandone os preconceitos, buscando ensinar a cultura afrodescendente sem instituir conceitos de discriminação. Não pode existir ensinamento, se não se acredita e conhece o que está sendo transmitido. O professor não pode passar ideias sobre a cultura dos afrodescendentes sem antes procurar saber o que ele realmente conhece sobre essa cultura.

Mesmo quando se trata da questão religiosa, um dos pontos abordados pela professora III, deve-se ter uma preocupação sobre as falas, conceitos e saberes trabalhados. Um professor pode não ser do Candomblé e nem da Umbanda, mas para ensinar cultura afrodescendente, precisa ter uma noção da organização básica dessas religiões para poder trabalhar com os conceitos trazidos por elas. Não que o professor tenha que professar a fé nas religiões de matriz africana, mas ele deve sim, estabelecer a importância de conhecer para ensinar. Quando se ensina aquilo que não se conhece, corre-se o risco de ensinar de maneira errônea, havendo prejuízo para o ensino-aprendizagem. O racismo na escola se constrói também pela construção de conceitos muitas vezes ausentes de uma base científica, *in loco*, vivenciada.

Não podemos, a despeito da exigência da Lei, sair repassando nas nossas salas de aula informações equivocadas, ou tratar o tema de uma maneira folclorizada e idealizada. Este é um grande temor: repetir modelos para fazer com que estes conteúdos curriculares fiquem parecidos com os que já trabalhávamos ao tratarmos da História e das contribuições culturais comumente estudadas é um caminho fácil e perigosíssimo. São temas diferentes e sua abordagem necessariamente deve ser diferenciada. (LIMA, 2004, p. 86)

Cabe ao educador, como mediador do processo de transformação na escola, atuar contra a exclusão e pela promoção da igualdade. Essa é a única forma, no nosso entendimento, de construir uma escola plural e democrática, e, fundamentalmente, trabalhar uma visão de educação voltada para a humanização.

É necessário que os professores comprometam com o sentido multicultural da educação. Rompendo as barreiras das ações isoladas e fazendo com que o combate ao racismo faça parte da discussão entre os professores, entre eles e os alunos e entre os próprios alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - Algumas Reflexões (In) Completas

A modificação da LDB (9394/96) pela Lei 10.639/03 põe a reivindicação histórica da população negra em um patamar político e ressalta a obrigação do Estado brasileiro em garantir o direito à diversidade como integrante do direito a educação.

A implementação da Lei 10.639/03 pode ser observada como uma política pública em educação que leva consigo a trabalho de reeducar o próprio Estado, as universidades, as escolas e os sujeitos da educação na sua relação com a diversidade étnico-racial.

É fato que a Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais encontram-se em processo de consolidação com avanços e limites. No entanto, ainda há muito que avançar. Para que essa consolidação aconteça de maneira sistêmica e articulada é preciso ir além de um discurso baseado na teoria sem nenhuma ação prática na vivência escolar.

Nesse sentido, torna-se importante entendermos a urgência de resgatar a história da sociedade brasileira e da contribuição do povo negro na construção social, econômica e cultural do nosso país.

Ao admitir que no decorrer da história do Brasil direitos humanos fundamentais tem sido negados, seja de forma encoberta ou não, à população negra, faz-se urgente pensar e tomar medidas incisivas nas diferentes esferas governamentais com o intuito de proporcionar o equilíbrio, a igualdade de condições de existência e a garantia ao respeito e a dignidade a todos os afrodescendentes em nosso país.

É nesse contexto, no campo educacional, que a Lei nº 10.639/2003 traz no seu conjunto as aspirações dos afrobrasileiros – especialmente aqueles vinculados aos movimentos sociais e de articulação dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos –, de valorização de sua história, cultura e da raiz africana.

Sem ambicionar findar os desafios e as possibilidades a pesquisa demonstra o quanto urge andarmos pelo cotidiano escolar, o quanto precisamos irromper com os preconceitos e com a propagação de que é melhor não problematizar o tema, currículo escolar. Ainda que se torne dual falarmos de uma proposta curricular dialógica e intercultural, tendo como menção um parâmetro, uma uniformização, que é o documento oficial sobre currículo.

No tocante à relação da diversidade cultural e currículo, analisada nos dizeres das docentes entrevistadas, entendemos que estes a mantêm como

nos discursos e práticas circulantes no meio social, ou seja, procuram manter silêncio frente à diferença. Necessitamos problematizar, desnaturalizar preconceitos silenciados no currículo escolar, caso contrário, colaboraremos do mesmo modo, para reprodução de padrões culturais reforçadores nos processos de discriminação e, assim, persistiremos em reproduzir as relações de poder vigente na sociedade em que vivemos.

Para que na prática a Lei 10.639/03 possa ser efetivamente implementada, a formação continuada do professor é necessária. Ficou claro nas entrevistas que os professores não buscam uma reflexão acerca do tema, não se preocupam como trabalham a África, confundem Brasil com África, não é dizer que não existe relação entre estes dois países, mas o tema é muito mais amplo que isso, os conteúdos próprios do continente africano não são trabalhados, nem da forma mais tradicional.

De tal modo, faz-se imprescindível o investimento na qualidade do professor da Educação Básica é importante, já que este está na ponta, vive o “chão” da sala de aula. Não é admissível conceber este profissional com o perfil do “reprodutor fiel” às determinações dos currículos, como também do livro didático. É indispensável que o mesmo tenha a chance de ter acesso a formação continuada a fim de se adequarem para enfrentar os desafios propostos a partir da Lei 10.639/03.

Por conseguinte, o ensino de história da África e da cultura afrobrasileira, se lecionado nas escolas com compromisso e responsabilidade, por parte dos professores, pode colaborar para valorizar a raça negra e para que os alunos se fortaleçam, continuem estudando e cresça o percentual de escolaridade, até então baixo, dos alunos negros.

Uma etapa importante para a atuação dos professores frente à promoção da igualdade racial precisa ser um olhar cuidadoso para com os materiais didáticos, especialmente o livro didático, para não deixar passar discursos racistas, sem uma interferência que possa colaborar para a igualdade racial.

Condenar o racismo e atitudes preconceituosas precisa ser um compromisso do professor, portanto deve realizar uma análise criteriosa dos materiais didáticos e livros didáticos que utiliza em suas aulas, para poder contribuir para o combater o racismo e não para reforçá-lo.

Outro fator essencial é não calar frente às atitudes preconceituosas presenciadas em sala de aula. As mais várias formas de discriminação e preconceito no espaço escolar precisam servir para reflexão e ação. As vítimas e os protagonistas nesses momentos não são responsáveis, pois essas situações são conseqüências das relações na nossa sociedade. A atitude de quem afrontou, zombou ou discriminou outra pessoa, deve ser entendida por ele como negativa. A intervenção dos professores é imperativa.

É possível alegar após o cumprimento do presente estudo que a percepção dos agentes da escola com relação à educação das relações étnico-raciais ocorre de forma incipiente em toda a unidade escolar. Mesmo que a escola no seu cotidiano, dentro de suas possibilidades, tenha em vista a aprendizagem significativa dos alunos, no entanto, muitas são as variáveis que anteparam a função pedagógica da mesma no que tange a questão racial.

Notas

I - Copa do Mundo de futebol de 2010, na África do Sul. A pesquisa foi realizada antes do torneio.

Referencias Bibliográficas

ASSIS, Mariza de Paula. *A Questão Racial na Formação de Professores na perspectiva dos docentes da FFP*. Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Escola de Serviço Social, Mestrado em Política Social, Niterói 2006

LIMA, Mônica. "A África na sala de aula". In: Nossa História nº4. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

VAZZOLER, Leomar dos Santos. *A Questão Racial no Ensino de Geografia*. Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói 2006